

Con. Brasil

# Refazendo o Estado

13 MAR 1988

JORNAL DO BRASIL

O Estado brasileiro chegou a uma condição em que, se fosse empresa privada, só teria como alternativa fechar as portas, pois ou gasta com a folha de pagamento mais do que consegue em receita, ou se endivida indefinidamente até o colapso. Esse estado pré-falimentar coincide com uma inflação desatinada que não irá ceder, em hipótese alguma, se não tiver um combate global. É impensável sacrificar uma classe ou um segmento da sociedade em detrimento de outro. Os limites foram e estão sendo testados, com a classe média e as empresas que não vivem na clandestinidade sofrendo a maior carga tributária da história econômica brasileira, enquanto cresce o índice de sonegação, na medida em que alíquotas elevadas estimulam a economia paralela.

No meio de todo esse cenário surge, impávida, a figura da burocracia. Desorganizado, inchado, corrompido em vastos segmentos, o Estado brasileiro não tem hoje sequer estatísticas confiáveis para medir o impacto de alterações sobre suas folhas de pagamento. Há estimativas técnicas de que a supressão da URP por três meses para os funcionários públicos conseguiria reduzir as despesas com a folha para 70% da receita. Mas ninguém arrisca prognósticos mais exatos, de tal forma o sistema é vulnerável a vazamentos.

Chegamos a esse ponto não porque o funcionalismo seja a "bête noire" da economia brasileira. Muitos são os segmentos produtivos e tecnologicamente desenvolvidos que se encontram em empresas públicas. Chegamos a isso porque o Estado brasileiro entrou em um moto-contínuo de distorções, inchaços e enfermidades de cura difícil, se não forem atacadas todas as causas insidiosas de sua febre aguda.

Chegamos a um ponto em que a burocracia fisiológica se instituiu em nova classe, e até criou um Fórum das empresas públicas, como se tivesse vida própria, capaz de se impor aos cidadãos e ao resto da sociedade, e não de servir ao povo e aos contribuintes.

Os papéis se invertem. Aos poucos, o conceito de "servidor público" é trocado pelo de "empresário", sem que esse recém-nascido de uma proveta cheia de escândalos seja capaz de conviver com os mesmos níveis de eficiência e produtividade das empresas mais desenvolvidas e industrializadas. Incapaz de pagar a URP sem gastar mais do que arrecada, esse Estado doente procura um alvo para descarregar seus custos.

Não se diga que o Estado doente não tem seus sócios entre as empresas privadas, pois uma das maiores tragédias deste país é o corporativismo. Quando se fala em fechar um IBC, a título de exemplo, logo surgem, do outro lado, movimentos que se opõem, porque muitas fortunas foram construídas graças aos benefícios autárquicos distribuídos ao longo da nossa história do café. Ou do açúcar. Pouco importa se a soja ou o suco de laranja, ou tantos outros produtos de exportação, exibem vigor e vitalidade sem o apadrinhamento das autarquias e a necessidade da ação corporativa. As sementes da corrupção, de tão antigas, transformaram-se em raízes profundas, de difícil erradicação.

É preciso que este país dê um basta em todas as distorções da máquina pública, o principal foco inflacionário com a correção começando por dentro do próprio Estado. Sem sacrifícios gerais, que partam do ataque frontal aos gastos e ao déficit público, apenas iremos agravar a crise. E as maiores vítimas serão as empresas privadas, sobre cujo faturamento e cujo lucro eventual irão pairar, de forma insidiosa, os pesos e os apetites maiores da máquina burocrática. Esse casamento mórbido entre inflação em alta, inchaço burocrático e corporativismo é que produz a crise onde mergulhamos e da qual não há como sair sem cirurgia séria e empenho profundo do Governo. O Presidente da República sabe quão estreita é sua área de manobra e quão curta é a pista que ainda tem pela frente para que não conduza o país a um desastre de aterrissagem forçada.